

UM ALTAR FUNERÁRIO ROMANO EM BUSTELO (PENAFIEL, PORTO, NORTE DE PORTUGAL)

Teresa Soeiro

CITCEM - FLUP

teresasoeiro@sapo.pt

Armando Redentor

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC)

Centro de Estudos Interdisciplinares da Universidade de Coimbra (CEIS20)

aredentor@gmail.com

ABSTRACT

This paper presents the study of an inscribed Roman funerary altar, found in 2020 in the old monastery of Bustelo (Penafiel). The circumstances of the finding were recorded as well as the possible post-Roman era route of the piece and its reuse. The study of the typological characteristics of the support is carried out and the text is analysed from the epigraphic and historical points of view, seeking to contextualize the monument in the regional epigraphy. Taking into account the current knowledge about Roman sites in the vicinity of the finding place, the potential connexion with contemporary settlements of the altar making and primary use is discussed.

Keywords: Altar; epitaph; Roman settlement; *conuentus Bracaraugustanus*; Northwestern Hispania; monastery of Bustelo; Penafiel municipality.

RESUMO

Apresenta-se um altar funerário romano epigrafado, encontrado em 2020 no antigo mosteiro de Bustelo (Penafiel). Registam-se as circunstâncias do achado, o eventual percurso da peça, após a época romana, e as suas reutilizações. É realizado o estudo do suporte, no respeitante às suas características tipológicas, e do texto, dos pontos de vista epigráfico e histórico, enquadrando-se o monumento na epigrafia regional. Tendo em conta o conhecimento actual sobre os sítios arqueológicos na envolvente próxima, discute-se a eventual relação com contextos habitacionais e funerários contemporâneos da elaboração do altar e sua utilização primária.

Palavras-chave: Altar; epitáfio; povoamento romano; *conuentus Bracaraugustanus*; Noroeste Peninsular; mosteiro de S. Miguel de Bustelo; município de Penafiel.

INTRODUÇÃO

O altar funerário romano objeto do presente estudo foi identificado no mês de Outubro de 2020, dentro das instalações conventuais do antigo mosteiro beneditino de S. Miguel de Bustelo (IIP desde 1984), na freguesia com o mesmo nome, município de Penafiel (Fig. 1).

O achamento resultou de uma feliz conjugação de duas iniciativas independentes. A primeira, protagonizada pela Fábrica da Igreja Paroquial de S. Miguel de Bustelo¹, tem a ver com a regular manutenção do monumento, através da qual a associação procura controlar a vegetação na envolvente do conjunto edificado e realizar limpezas no interior da antiga área conventual, atualmente pendente de obras de recuperação e programa de reafetação funcional. No decorrer da remoção de entulhos de dentro do espaço da cozinha setecentista surgiram as duas pedras, muito semelhantes entre si, que chamaram a atenção dos intervenientes pela regularidade e molduragem, sendo de imediato separadas do restante material e mudadas para um compartimento próximo, fechado. Aí permaneciam quando os técnicos da Câmara Municipal de Penafiel², em trabalho de campo para atualização da Planta do Património, integrada no processo de revisão do PDM em curso, se deslocaram àquela freguesia e percorreram a área do mosteiro, deparando com estes dois blocos de granito lavrado, nos quais reconheceram a presença da epígrafe romana (Fig. 2).

Alertados os responsáveis, foi acordado que o altar permaneceria em Bustelo, mas devia ser transferido para local com maior segurança, que favorecesse a preservação e permitisse o estudo e visionamento, ocorrendo então a notícia da sua existência³, com posterior divulgação e disponibilização, para os diferentes públicos, da informação científica obtida (Fig. 3.1.). Publica-se agora a investigação que nos foi solicitada.

LOCAL DE ACHAMENTO E REUTILIZAÇÕES DO ALTAR

Casa religiosa masculina da Ordem de São Bento, eventualmente iniciada no quadro do monaquismo autóctone, que observaria a regra mista próxima ao movimento de S. Frutuoso (DIAS 2004:93), o mosteiro tem existência documental comprovada em meados do séc. XI, pela doação de terras situadas em Milhundos, que Mendo Pais lhe faz no ano de 1065 (MEIRELES 2007: p. 37; MATTOSO 1968: pp. 4, 148; 1982: pp. 568-570).

No extremo oposto da linha temporal, a sua história enquanto instituição monástica remataria após a extinção das ordens religiosas, aplicada no imediato às masculinas, na sequência da publicação da respetiva lei, a 30 de Maio de 1834 (DIAS 2007: p. 23). Pouco antes, o mosteiro tinha sido palco de ações militares e abandonado por quase todos os religiosos durante o avanço liberal sobre Penafiel (18/07/1832), tempos conturbados que duraram até à vitória destes no combate do Alto da Lixa, a 2 de Abril de 1834 (FREITAS 1954; SOEIRO, FERNANDES, BERNARDO 2021). A 14 do mesmo mês, chegaram os inquiridores nomeados pelo novo Sub-Perfeito de Penafiel e Amarante para «averiguar quantos Religiosos existão neste Convento antes de occupada a Provincia do Minho pelo Exercito Libertador, e os que delle se retirarão». O único frade que permanecera, notificado para os acompanhar, declara que eram sete e se ausentaram; mesmo o prior «tendo-se conservado nesta caza athe ao dia de hoje a desamparou por não querer obedecer as ordens do Excellentissimo Sub Perfeito»⁴. Considerado abandonado e feita a reserva do templo e áreas destinadas ao serviço cultural da paróquia, as demais alas do convento,

1 Agradecemos ao engenheiro Miguel Santos a disponibilidade e colaboração prestada para a realização deste trabalho.

2 Os arqueólogos Helena Bernardo e Jorge Sampaio e o técnico Manuel Ribeiro.

3 Uma primeira referência sumária ao achado foi publicada na página do Mosteiro de Bustelo no Facebook, a 9 de Janeiro de 2021, após o altar ter sido transferido para o claustro: <https://www.facebook.com/pg/mosteirodebustelo/posts.4>.

4 PT/TT/MF-DGFP/E/001-00069, fl. 1-1v.

anexos de lavoura e propriedades foram alvo de inventário, louvação e desamortização, arrendadas e vendidas em hasta pública a privados⁵.

Desta história de oito séculos, de que nos deu conta pormenorizada frei António da Assunção Meireles, o cronista dos beneditinos que aqui foi conventual e em 1800-1801 compulsou a documentação do cartório para escrever as *Memórias do Mosteiro de S. Miguel de Bustelo* (MEIRELES 2007), interessamos particularmente as informações pertinentes à formulação de hipóteses para o percurso e diferentes serventias do altar romano.

Relativamente ao lapso temporal que medeia a feitura deste epitáfio a *Úlpio Heracliano* e a construção da primitiva igreja do mosteiro, aproximadamente outras oito centúrias, quase nada conseguimos concretizar. Contudo, embora ignorando o local exato de produção e colocação do altar, no último ponto do trabalho procuraremos contextualizá-lo no conhecimento sobre a ocupação deste território em época romana.

DE PÉ DE ALTAR (?) A SUPORTE DE BANCADA OU ASSENTO

A atual apresentação do altar romano mostra que foi selecionado para reutilização, supomos que, em primeiro lugar, como pé de altar. Tirando partido das suas características formais e qualidade, otimizou-se a transformação com a escolha do topo mais plano da peça para escavar o que poderá ser um bem talhado *loculus*, ainda que sem rebaixamento para encaixar a tampa que habitualmente o sela, ao qual se sobreporia o tampo, para completar a mesa (Fig.3.2.). Inverteu-se assim a orientação original, passando o pé a assentar sobre o anterior capitel, de cujo cimácio, intensa e descuidadamente picado, quase desapareceram os habituais elementos de remate, para melhorar o contacto com o solo. Adiante remeteremos para possíveis significados destas reutilizações.

Tal adaptação pode ter acompanhado o erguer do templo medieval e colocação do respetivo altar-mor, edifício que viria a ser destruído a par da construção, no mesmo local, da nova igreja barroca, iniciada em 1695-96, quando o espaço conventual já há mais de meio século estava a ser profundamente remodelado. Provindos do templo românico desmontado restam vários elementos decorados, visíveis, por exemplo, nos paramentos de muros na cerca, mas também no alto das paredes de alguns dos corpos do convento. Trata-se de aduelas, jambas, etc. que devem ter pertencido aos portais ou ao arco triunfal da igreja (MATTOSO 1968: pp. 318-319, 322). Na coleção-museu do sítio guardam-se alguns destes testemunhos, como uma bem preservada aduela, rematada por moldura encordoada, que mostra o motivo de bilhetes, o qual teve uma larga expansão, sendo amplamente glosado nesta região, nos séculos XI a XIII⁶ (Fig. 3.3). A frequente presença, na área bracarense, de aras romanas em templos românicos já foi destacada (SANTOS, LE ROUX, TRANOY 1983: p. 183).

Uma segunda utilização do altar romano viria na sequência do desenrolar das obras da nova igreja, cujo corpo ficou praticamente completo no triénio 1710-1713, em que é coberta e telhada, se fazem retábulos e «tapousse o arco cruzeiro de pedra athe sima», podendo servir ao culto mesmo sem a nova capela-mor, terminada apenas em 1740-1743 (MAIA 1985-1986: pp. 64-65). Ora, o antigo altar-mor, com o seu pé, ou seria mudado na ocasião para este espaço, ou dessacralizado e removido para dar lugar às obras da capela-mor. Coincidem estas alterações com o período entre o triénio de Frei Luís de S. Boaventura (1707-

⁵ Colocadas em praça para arrendamento em Abril/Maio de 1834 (PT/TT/MF-DGFP/E/001-00069), parte destas propriedades ainda estavam, em 1836, a ser trabalhadas por diferentes lavradores da freguesia de Bustelo, pagando pela cerca e passal 155\$500 e pela quinta da Granja 78\$000 (AMPNF - A 712, Pasta com autos de arrematações e arrendamentos). Entre 1836 e 1842, António José Barbosa Lousada entrou em posse de parte do edifício conventual de Bustelo, dos campos e terras adjacentes, da quinta da Granja e dos engenhos de azeite e de serração de madeira, tudo no valor de 7.622\$500 (PT/ADPRT/AC/GCPRT - mç. 127, nºs 126, 32 e 117). O primeiro dos lotes em que foi dividida a casa do convento seria adquirido por Manuel Pinto Peixoto Villas Boas, em 1843, pela quantia de 751\$000 (PT/ADPRT/AC/GCPRT - mç. 126, nº 132) e a cerca arrematada por José Pedro Cardoso e Silva em 1836, por 1.504\$000 (PT/ADPRT/AC/GCPRT - mç. 126, nº 3) (cotas antigas).

⁶ Agradecemos esta nota à colega Lúcia Rosas.

1709), que mandou «edificar nova casa da cozinha, fóra do dormitorio, e corpo do Mosteiro, e conduzir agoa á mesma» (MEIRELES 2007: p. 125) e o triénio 1748-1752, quando foi remodelada, pois «fesse a cozinha de novo, e chaminé» (MAIA 1985-1986: p. 81), descrição condizente com o compartimento onde vieram a ser encontradas as duas metades do altar, em 2020 (Fig. 4). Aqui, serviria de apoio a uma bancada ou assento, após ser partido horizontalmente, com recurso a guilhos, sensivelmente a meia altura, o que denota a intencionalidade da operação, da qual resultaram dois suportes idênticos, com cerca de 55 cm, que passaram a assentar no chão as extremidades superior e inferior originais, ficando os troços do fuste voltados para cima. Sobre estes pousaria uma laje ou tampo, dando-lhe serventia⁷.

Ambas reutilizações, embora provocassem danos na peça para a adaptar às novas funções, contribuíram certamente para a sua salvaguarda, ao mantê-la protegida em espaços interiores e regulados, beneficiando ainda de estar coberta, quer pela eventual mesa do altar, quer por uma bancada ou assento, na cozinha.

ESTUDO EPIGRÁFICO

O altar funerário ora identificado é uma peça excecional pelas suas características morfológicas, dimensão avantajada e qualidade geral, sendo que não constitui o tipo de suporte mais comum na paisagem epigráfica funerária regional, na qual a estela é o suporte mais difundido (Fig. 5.1).

No atual território penafidelense, a epigrafia funerária de época romana não tem representação vasta, sendo conhecidos apenas dois outros suportes desta natureza que correspondem justamente a estelas. A que há mais tempo entrou no conhecimento da comunidade científica é a estela do Monte Mozinho, associada à necrópole situada no exterior da última muralha, a norte do centro do povoado. Foi exumada durante trabalhos arqueológicos realizados em 1974 e 1975 e encontrava-se tombada a poente da sepultura 3 escavada na campanha do primeiro ano (ALMEIDA 1977: p. 30; SOEIRO 1984: pp. 297-298; CECBpo 280). A outra é de aparecimento bem mais recente, tendo sido identificada fora de contexto arqueológico, após recolha do monólito granítico para reutilização, na sequência do alargamento de um caminho na freguesia de Capela, embora o seu contexto original seja reportável a necrópole romana próxima (SOEIRO 2013; SANTOS, PIRES 2014; GUTIÉRREZ *et alii*, 2021). Ambas são peças atribuíveis a fase adiantada da época romana, possivelmente não anterior aos finais da segunda centúria.

Apesar da incompletude, as dimensões gerais ([111]x43x39 cm) e as proporções da base, fuste e capitel revelam, no caso em estudo, um suporte imponente: um altar monumental (GAMER 1989) retangular que não temos possibilidade de caracterizar cabalmente no respeitante ao coroamento. O facto de se encontrar intencionalmente dividido em duas partes, devido a reaproveitamento, não acarreta dificuldade de maior no apuramento da altura, que só não é completa devido ao arrasamento que foi realizado no topo, uma vez que é possível o encaixe das duas metades, ainda que ao nível da linha de corte, designadamente na face anterior, a perda de matéria pétreia seja evidente devido a lascagem e às bocas provocadas pelo uso de guilhos na segmentação (Fig. 5.2).

O esmero do trabalho da molduragem do capitel e da base, estruturada de modo simétrico, é igualmente de ressaltar, bem como o facto de terem exatamente a mesma largura e espessura essas partes extremas solidárias com um longo fuste.

⁷ Algumas notícias sobre esta cozinha e sua utilização, contidas nos *Estados*, foram reunidas por Fernanda Paula Maia (MAIA, 1993: pp. 367ss). No momento da extinção do mosteiro, aqui e na dispensa contígua se inventariaram peças de mobiliário e muitos utensílios, alguns a carecer de pouso ou bancada: «huma mesa de pao de castanho com gavetas muito usadas [100rs]; huma dita muito velha com gaveta [80rs]; huma caixa de castanho velha [800rs]; outra ditta mais pequena tambem velha [240rs]; dous caixoes velhos com seo encosto [200rs e 100rs]; huma mesa de castanho velha [100rs]; huma mesa mais pequena velha [40rs]; um jarro velho de estanho [120rs]; quatro laminas de estanho de ter vinho [80rs cada]; dous pratos pequenos de estanho [40rs cada]; huma caldeira de cobre muito velha [600rs]; hum lambique de cobre velho sem bixa [2.400rs]» (fl. 18v.-19). E ainda (fl. 18v.-21): hum pote de ferro de cozinhar [480rs]; huma caldeira de estar ao lume com agoa [1.600rs]; dous barois de ferro de andar ensima do lume [88rs]; hum tacho de fritar [300rs]; duas colheres de ferro de tirar o caldo [100rs]; hum espeto [80rs]; duas gamellas de massar o pão [360rs cada]; huma peneira de seda [100rs]; huma dita de cavello [30rs]» (PT/TT/MF-DGFP/E/001-00069).

Como referido, o capitel encontra-se incompleto ([0,57]x43x38,5 cm), com o cimácio quase totalmente arrasado, mas seria rematado por *pulvini* inseridos não exatamente nas extremidades laterais da peça, mas ligeiramente mais dentro e destacados do rebordo, restando deles ténues resquícios de cada um dos lados. Não há vestígios de outros elementos que pudessem compor o topo entre os referidos toros, estando a superfície atualmente invadida pelas marcas do desbaste a pingo. A cornija estrutura-se numa sequência de molduras introduzida por faixa reversa seguida de quarto de círculo entre ranhuras e bocel reverso, a que se seguem dois filetes e uma faixa diretos, estabelecendo a ligação ao fuste ou corpo do altar (Fig. 6).

Este apresenta-se como um paralelepípedo vertical com uma altura praticamente equivalente ao dobro das larguras da base e do capitel, sendo ligeiramente menos espesso que largo (84,5x30,5x25 cm).

Desde a ligação com o fuste, a base (27,5x43x39 cm) apresenta exatamente a mesma molduragem descrita para o capitel, mas em sequência inversa, com a exceção de que a faixa dá aqui lugar a um friso simples que finda o conjunto. Na superfície basal abre-se a já referida cavidade quadrangular tendencialmente troncopiramidal com 8,5 cm de profundidade e com aproximadamente 17 cm de lado, e 11 por 9 cm no fundo, a qual terá sido criada para o reaproveitamento da peça como sustentáculo, possivelmente de altar, como se aventou (Fig. 3.2).

O altar é trabalhado nas quatro faces, correndo por elas toda a molduragem. Atualmente apresenta, para além do seccionamento do fuste, algumas escoriações, nomeadamente esmurramentos e golpes sobretudo em zonas de aresta, mas não só, olhando, por exemplo, as quebraduras mais invasivas que o deformam na base, em especial na extremidade direita.

A fratura horizontal que o afeta sensivelmente a meio da altura corta integralmente a quinta linha do texto, com perda total da parte superior dos caracteres, que todavia é possível restituir a partir dos resquícios de gravação conservados na metade inferior. A transcrição do texto é a seguinte:

D M S
VLP HE
RACLI
ANO
AN XVII
HIEROCLI
A FILIO KA
RISSIMO
POSVIT

D(is) M(anibus) s(acrum)
Vlp(io) He-
racli-
ano
an(norum) XVII
Hierocli-
a filio ka-
rissimo
posuit

Consagrado aos deuses Manes. A Úlpio Heracliano, de 17 anos. Hiéroclia colocou ao filho muito querido.

O texto da inscrição ocupa integralmente superfície da face anterior do corpo do altar, disposto em nove linhas de paginação algo fruste. A margem superior destaca o texto da molduragem, mas a oposta foi completamente anulada⁸. A primeira e a última regras encontram-se tendencialmente alinhadas pelo eixo de simetria. Tal desígnio é mais bem conseguido na final, enquanto que na que abre o texto apenas o recurso a diferentes espaços interliterais permitiu uma aproximação a esse intento. As restantes linhas seguem um alinhamento à esquerda. Um outro aspeto que contribui para o menor esmero da *ordinatio* deriva das sucessivas transliterações, ainda que em todas se respeite a divisão silábica.

O recurso a abreviaturas acontece com a fórmula inicial, reduzida à iniciais D M S, com o gentílico da nomenclatura do defunto, indicado pelas três primeiras letras, e com a palavra *annorum*, encurtada para duas.

⁸ Margem superior: 2,5/3 cm; margem inferior: 0 cm; margem esquerda: 1/1,5 cm; margem direita: 1/2,5 cm.

A composição recorre a letra capital comum de *ductus* algo irregular, dispensando interpontuação, sendo a gravação manifestada por incisões profundas e bem vincadas na superfície granítica, denotando evidente destreza por parte do lapicida. Destaca-se a opção por barras largas, bem características nos EE e F, mas também claramente afirmadas nos HH e T, sendo apenas menos expressivas nos LL. Os OO, tendencialmente circulares, não resultam geometricamente perfeitos. São ainda salientáveis o desenho dos NN com inclinação para diante, o dos CC, amplo e algo anguloso, bem como o do D, de larga pança, aberta manifestando certamente influência cursiva, e ainda o do M, pelo seu desequilíbrio resultante de diferenças nítidas entre as hastes extremas. Os PP e os RR apresentam, em geral, panças reduzidas e as suas hastes nem sempre obedecem a alinhamento vertical. Os SS têm curvas desiguais e pouco harmoniosas. O *ductus* do K é marcado pelas barras divergentes unidas contra a haste, que apresenta inclinação forte para a frente, a denotar influência da escrita cursiva. Outro aspeto de destaque assenta no facto de o módulo das letras das quatro primeiras linhas ser ligeiramente superior ao das restantes, dando naturalmente realce quer à consagração aos Manes, quer ao nome do defunto, sendo os espaços interlineares mais ou menos iguais⁹.

Será também de referir que a presença do grafema *K* na sílaba inicial do superlativo *karissimo* não é particularmente excecional, denotando grafia que tem explicação na evolução da própria língua latina (LÓPEZ 1991 e 1991-1992), mas cujo uso possivelmente também procurará um certo colorido, que por vezes se materializa em hábitos epigráficos localizados. Achamo-nos neste caso concreto perante lema de clara procedência latina (VAAN 2008: s. v. *carus*). Ao nível do Ocidente brácaro, encontramos este mesmo uso em epitáfio de Vizela (Santo Adrião), também ele tendo como suporte uma ara, datável entre os finais do século II e os finais do seguinte, e a revelar ambiente onomástico de origem grega (CIL II 2410 e 5559 = CECBpo 291).

O defunto surge identificado com *duo nomina*. A mãe apenas por um único nome. A posição desta como dedicante poderá justificar a omissão de um gentílico, que até podemos supor o mesmo do filho, mas também é possível que esta identificação não esteja abreviada e corresponda efetivamente apenas a um idiônimo. Neste caso, a ausência de patronímico pode abrir a possibilidade de se estar perante alguém de condição servil, aspeto que também a onomástica pode fazer supor, ainda que devamos usar de precaução relativamente a esta questão específica, pois sabemos não existir necessariamente uma relação direta entre as categorias linguísticas da onomástica, especialmente a grega, e o estatuto servil (MANGAS 1971; SOLIN 1996). Na inscrição, os nomes coincidem, à exceção do *nomen* do defunto, na origem grega. O nome da mãe forma-se a partir de *Ἐπο-* (SOLIN 2003: p. 87), logo detém conotação religiosa. Mas o do defunto tem clara origem teofórica, remetendo para o herói Hércules (SOLIN 2003: p. 527). Constituem ambos novidade no contexto hispânico¹⁰. Não sendo em geral nomes com elevada representação, também não são desconhecidos no Ocidente romano.

O *nomen Ulpus* tem ressonância imperial. Está naturalmente bem documentado na Hispânia, apesar de não ser dos mais difundidos (ABASCAL 1994: pp. 29 e 249-250). No Ocidente brácaro, encontra-se documentado por duas vezes. Ambos os testemunhos estão associados a textos votivos. Um altar do Porto, datável do século II, é dedicado aos *Lares Marini* por um *Ulpus Flaus*, (AE 1973, 311; CECBpo 93). Um outro altar, consagrado a Júpiter, quiçá epitetado como *Depulsor*, com cronologia situada entre o mesmo século e o início do seguinte, tem por dedicante *[U]lp(ius) (?) E[uh]elpistus*, segundo recente revisão do mesmo em que também se admitiu origem servil para o interveniente (AE 1983, 552; CECBpo 86).

9 Altura das letras, l. 1: 6,5 cm; l. 2: 5/6 cm; l. 3: 5/5,5 cm; l. 4: 5/5,5 cm; l. 5: [2]/[4] cm; l. 6: 5/6,5 cm (l = 4,5 cm); l. 7: 3/3,5 cm (K = 4 cm; A = 5 cm); l. 8: 4/4,5 cm (M = 5 cm); l. 9: 4/4,5 cm. Espaços interlineares, 1: 0,4/0,6 cm; 2: 0/0,6 cm; 3: 0,1/0,6 cm; 4: 0,5 cm; 5: 0,5/0,8 cm; 6: 0,4/0,6 cm; 7: 0,1/0,6 cm.

10 Há, todavia, documentação de outra antroponímia relacionável com Hércules, como por exemplo, as formas *Heracla*, *Heraclia* e *Heraclida* (ABASCAL 1994).

O antropónimo *Heraclianus* tem diversos testemunhos na documentação epigráfica de Roma e da *regio I, Latium et Campania* (CIL 14 824; CIL XIV 1636; CIL X 2369; EpOst.986; EpOst 1357; CIL VI 39472a; ICUR-01 2270; ICUR-04 12302; ICUR-07 20086d; NBAC- 1920, 52), escalonados pelo menos entre o século II e IV, e ainda uma atestação, datada de 199, em Alexandria (CIL III 6581). Esta última é de particular interesse, e por isso nos permitimos dar-lhe destaque, pois trata-se de um *titulus honorarius* dedicado a Septímio Severo por um conjunto extenso de decuriões das alas militares *Veterana Gallica* e *I Thracum Mauretana*, na qual, entre outros, pontuam os *nomina* imperiais *Aelius* e *Ulpus*, ambos associáveis aos Antoninos, surgindo o cognome *Heraclianus* precisamente associado ao primeiro deles. Dos exemplos itálicos acima elencados, há também um soldado de origem dáica, da *classis praetoria Misenensis* que ostenta este cognome, *L. Tarcunius Heraclianus* (CIL VI 39472a), cujo epitáfio se conhece em Roma. Mas no seu território de origem há outros testemunhos, não só em inscrições latinas como em gregas (OPEL III, p. 177).

É de ressaltar que nos casos em que temos claramente o nome em função cognominal ele surge sobretudo associado a gentílios imperiais – v. g. *Aelius Heraclianus* (CIL III 6581), *Sex. Flavius Heraclianus* (NBAC- 1920, 52), *Claudius Heraclianus* (CIL XIV 824), *Domitius Heraclianus* (CIL X 2369). Potencialmente são nomes que poderão ter conexões com militares ou com antigos escravos imperiais ou públicos. Das inscrições elencadas há também uma, datável do século II e procedente da necrópole ostiense, na qual se documenta precisamente um escravo imperial com este nome (CIL XIV 1636). Mas outros cenários são naturalmente possíveis e apenas uma investigação mais dirigida poderá abrir caminho a posicionamentos menos especulativos.

O antropónimo *Hieroelia* tem, todavia, uma documentação mais escassa no mundo romano ocidental. Encontramo-lo em inscrição honorífica da *Mauritania Caesariensis* (CIL VIII 20996; AE 1966 596; AE 1889, 187) datada de 227, em que surge o nome de *Licina Hieroelia*, filha de *T. Licinius Hierocles*, de estatuto equestre, então *praeses* dessa província africana, referências a confirmar que nem sempre a onomástica grega anda associada a gente de origem servil. E na grafia *leroclia*, há um testemunho em Roma (CIL VI 35291), datável de entre os meados do século I e do seguinte.

O reconhecimento social destes indivíduos na região baixo-duriense não pode por hora ser cabalmente realizado, pois apenas o alargamento da base de análise, sobretudo em função de novos achados, nos poderá permitir orientação mais segura, nomeadamente quando à origem social e estatuto jurídico de *Ulpus Heraclianus* e de *Hieroelia*. Apenas podemos dar por assegurado que o estatuto do primeiro não é servil, nem tão-pouco peregrino. A ligação aos *Ulpus* conhecidos tão-pouco pode ser cabalmente assegurada, embora seja de ressaltar que também no caso da inscrição vimaranense se regista indivíduo com onomástica grega, aspeto que, apesar de não probatório de um a efetiva ligação, não será de negligenciar, até pela maior proximidade geográfica entre os dois achados quando em comparação com o portuense. No caso vimaranense, por a dedicatória poder estar dirigida a *Iupiter Optimus Maximus Depulsor*, equacionou-se a possibilidade de o gentílico em causa poder resultar de acesso à cidadania pela via militar, não necessariamente por parte do dedicante, mas eventualmente do patrono no quadro da suposição efetuada relativamente ao seu estatuto (REDENTOR 2017: I, pp. 553-554).

Não obstante, a qualidade do monumento epigráfico que nos ocupa aponta para uma capacidade económica relevante, pelo que não será de negar a relação destes indivíduos com a nata local, independentemente de qual tenha sido o seu estatuto jurídico.

Os elementos de que dispomos para uma datação não o permitem fazer com balizas apertadas. Tanto a tipologia do suporte, como os elementos formulares apontam para uma cronologia não anterior ao século II, que tanto a onomástica, designadamente o uso de *duo nomina* e a abreviatura do gentílico, como o recurso ao superlativo na caracterização do defunto, permitem avançar, pelo menos, para os seus meados. A paleografia – um elemento a requerer sempre precaução e sobretudo nestas produções mais rústicas e sobre suporte granítico – não contraria uma datação que possa já entrar pelos inícios do século seguinte.

SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DE ÉPOCA ROMANA EM REDOR DO MOSTEIRO

Como já referimos, o altar com o epitáfio de Úlpio Heracliano foi encontrado dentro das instalações do antigo mosteiro beneditino de Bustelo, reutilizado na cozinha. Contudo, no sítio de implantação desta casa religiosa não se identificaram outros vestígios de época romana, ainda que o abandono e densa cobertura vegetal de alguns terrenos envolventes limitem a prospecção. Na área da *cerca de dentro*, em exploração agrícola, também não conhecemos testemunhos de ocupação daquela cronologia; a esta cota e próximo do Mosteiro há apenas o relato vago de, na década de quarenta (?) do século XX, terem surgido fragmentos de cerâmica ao lavrar uma vinha a nascente da estrada (N320), frente ao novo edifício da Junta de Freguesia. Somos, assim, de momento, levados a questionar se a peça não estará deslocada, pertencendo a algum dos arqueossítios próximos. Esta é uma situação sobejamente repetida (CABALLERO ZOREDA, SHÁNCHEZ SANTOS 1990), também corrente na arqueologia do município de Penafiel, onde quase todas as aras romanas foram reutilizadas e, no século XX, identificadas dentro ou junto de igrejas e capelas¹¹, com exceção das provenientes do Castro de Monte Mozinho (SOEIRO, 1984; CECBpo 27, 56, 94, 123).

Das possibilidades enunciadas por Caballero e Sánchez para as motivações que levam a esta prática, consideramos poder aplicar-se ao caso em estudo sobretudo a segunda – tratar-se de um costume eclesiástico de raiz visigótica recuperado aquando da construção de templos românicos, onde se colocaria uma ara *pagã* ou uma inscrição romana como pé de altar –, sem deixar de considerar a terceira, cronologicamente mais abrangente, de o depósito em sagrado ser feito «por una concepción cuasi mágica, conservadora ou erudita» (CABALLERO ZOREDA, SHÁNCHEZ SANTOS 1990: p. 441). Lembramos ainda uma outra motivação, o esforço mínimo ou a lhanza do oportunismo pragmático conducente à reutilização propiciada pela qualidade do trabalho em pedra e adequação morfológica do altar romano para pé de altar cristão.

Qualquer das atuações anteriores leva-nos a nova dificuldade na identificação do local de origem, pois a sobrevalorização física e simbólica pode justificar a deslocação da peça a distâncias consideráveis. Mesmo restringindo-nos à área de influência direta do abade do Mosteiro, além de Bustelo, parte das freguesias de Croca, Novelas, Santa Marta e Meinedo pertenciam ao couto, de que era donatário e ouvidor, fazendo eleger as justiças, confirmadas pelo corregedor da comarca (MAIA 1991: pp. 76-77; DIAS 2007: p. 15).

OS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS

A freguesia de Bustelo está situada numa área de «granitos porfiróides, de grão grosseiro, com duas micas, essencialmente biotíticos» (CGP: Folha 9-D Penafiel, 1981; MEDEIROS, PEREIRA, MOREIRA 1980). Com esta rocha, não sabemos se sempre de extracção local, se ergueram os edifícios do mosteiro e o seu aqueduto, fizeram os muros de vedação e suporte do terreno. Numa observação apenas macroscópica e não especializada, a matéria-prima em que foi lavrado o altar romano não difere muito de alguma da que está à vista na igreja e convento barrocos.

O Mosteiro encontra-se a 270 m de altitude, no limite de uma superfície aplanada, sobre um pequeno esporão cujo destaque parece ter sido reforçado pelo corte de pedra e os trabalhos de armação do terreno. Esta posição sobranceira permite uma ampla visibilidade sobre as terras baixas do vale médio do Sousa, que corre cerca de 1,125 km a poente, formando meandros nos terrenos de aluvião e depósitos de fundo do vale (± 155 m altitude) (Fig. 7).

¹¹ A ara de Marecos (CECBpo 27) serviu de pia na capela de Nossa Senhora do Desterro; a de Ermida (CECBpo 94) suportava um púlpito na capela deste lugar, antiga paroquial de Coreixas; a de Lagares (CECBpo 123) estava sob o altar-mor da igreja paroquial e o fragmento desaparecido e possivelmente anepígrafo de S. Vicente do Pinheiro (Soeiro 1984: p. 64) surgiu ao realizar obras no adro e residência paroquial.

É num ponto intermédio, fora do leito de cheia (197,5 m altitude) e sensivelmente 0,750 km a noroeste do Mosteiro, que se localiza o sítio arqueológico romano inventariado mais próximo, Monteiras, no qual foi parcialmente escavada a necrópole e reconhecido o achado fortuito de um tesouro de cerca de 250 *nummi*, alguns na flor do cunho, datado da Tetrarquia (PINTO 2005-2007: pp. 34-36), que estaria na área do povoado, com vestígios à superfície mas não intervencionado (SOEIRO 2009-2010). As características do local e a informação obtida apontam para que estejamos perante um povoado aberto, cercado de boas terras agrícolas, fáceis de irrigar, pontuadas por áreas de monte florestado e dispendo de pequenos filões metalíferos. Esta aldeia ou lugar apresentaria um conjunto de habitações, cujos ocupantes geraram a necrópole contígua, em cuja área escavada está documentada uma longa diacronia, de meados do século I ao IV d.C., possivelmente sem significativa interrupção (Fig. 8).

O número de enterramentos atribuídos a cada etapa levou-nos a designar o sítio como aldeia, seguindo a classificação proposta por Jorge de Alarcão (ALARCÃO 1998). Na falta de um termo latino adequado, este tem vindo a ser utilizado (e discutido) por outros investigadores (p.e. PÉREZ LOSADA 1998 e 2002: pp. 28 ss. e 37-38 lembra a possibilidade de recorrer ao termo/categoria *locus* = lugar; CARVALHO 2004 e 2007: pp. 387-392, que distingue aldeia e lugarejos; BERNARDES 2007: p. 22; CARNEIRO 2011: p. 89). Para Orlando Ribeiro, em períodos mais recentes, aldeia teria como protótipo a aglomeração compacta e arruada transmontana, onde residem mais de cem pessoas (RIBEIRO 1991: p. 302); no Entre-Douro-e-Minho expressa uma realidade semelhante, mas em geral com menos fogos, bem conhecida nesta paisagem intensamente humanizada. No entanto, aqui aplica-se com maior frequência as expressões *povoação junta* ou *lugar junto*, por oposição aos *laxos* e à população isolada *per casaes apartados* e *quymtas*, por vezes *cerrados sobre si*, como retrata o *Numeramento de 1527* (FREIRE 1905), na esteira da documentação medieval. No início do século XX, o recenseamento de 1911 (*nº 3 População de facto de cada freguesia, distribuída pelos núcleos de população que a constituem*) ainda espelha a pequenez de muitas de tais *povoações*, maioritárias no município de Penafiel. Estes núcleos (inferiores às oficiais freguesia e paróquia) enquadram a vicinalidade quotidiana e a mobilização para empreendimentos de interesse comum, como a condução de águas de rega e a regulamentação do uso dos montes, a defesa de pessoas e bens contra predadores e pragas, a entreatajuda nos trabalhos coletivos com que se superavam os momentos de maior azáfama e tantas outras situações a requerer a interação da comunidade para viabilizar a instalação e sobrevivência, sobretudo em áreas de ocupação recente, como seriam as cotas baixas do vale do Sousa em meados do século I d.C.¹².

A qualidade de algum do espólio exumado em Monteiras, que inclui artefactos importados e nem sempre demasiado comuns, dá testemunho de certo à vontade económico e da conexão com os fluxos comerciais de redistribuição, que abrangeriam muitos outros produtos mais perecíveis. A não escavação da área habitacional deixa demasiadas questões sem resposta, nomeadamente acerca da dimensão, estrutura interna e características do edificado, bem como sobre a existência de espaços públicos, de circulação, etc. o que nos aproximaria da sociedade e sua mundividência. Ainda que não imediatamente pertinente em relação à interpretação do altar romano de Bustelo, cuja cronologia aponta para a segunda ou parte da terceira centúria, em face da existência de cerâmicas de tradição castreja, seria muito importante reconhecer se a arquitectura e a organização inicial desta comunidade remete igualmente para esse saber fazer expectável em habitantes de *povoações* eventualmente dissociadas de castros e a que ritmo aquele modo vai sendo substituído. Isto sem perdermos de vista que, por então, este é um território conquistado e administrado por Roma, como tantas vezes nos lembrou Gerardo Pereira Menaut, nomeadamente a propósito de Mozinho.

12 Entre os séculos X e XII, o espaço do Sousa ao Baixo Tâmega teve a mais densa malha de casais, palavra também usada com a acepção de pequeno povoado, problemática minuciosamente documentada e discutida por André Evangelista Marques (2008).

Após as cremações de época flávia, cujo acervo funerário se mostra idêntico ao recolhido em níveis sincrónicos de arqueossítios de tipologia bem diversa, como pode ser, no município de Penafiel, o Castro de Monte Mozinho e o casal romano da Bouça do Ouro, (Boelhe, na margem do Tâmega) (SOEIRO 1998), os enterramentos que mais nos interessariam, da segunda metade do século II e primeira do III d.C. (conjunto 3, SOEIRO 2009-2010: pp. 45-47), ainda cremações, são bem mais difíceis de caracterizar. No seu mobiliário escasseiam as importações e os originais produtos de *Bracara*, assim como os numismas, enquanto a cerâmica comum local/regional tanto remete para as produções anteriores, como acolhe formas e fabricos novos, que vão alcançar maior identidade nos conjuntos seguintes. Em qualquer caso, sabemos que a aldeia/lugar de Monteiras existia quando se dedicou o altar de Bustelo e dispunha de um espaço de enterramento bem definido.

Caminhando em sentido contrário, no canto inferior direito do território compreendido no mapa da Fig. 9, a cerca de 2,25 km, em linha recta, do Mosteiro, existiu uma outra aldeia/lugar de época romana, em Montes Novos (Croca), de que, como na anterior, apenas foi escavada a necrópole, ainda que existam vestígios de um povoado imediatamente para sudeste. Daqui provém um capitel toscano de granito, descontextualizado, que deu entrada no Museu. A necrópole está situada a cerca de 390 m de altitude, na encosta sul dos montes da Acucanha, voltada ao alto vale do rio Cavalum e fértil veiga de Pedrantil, corredor natural que entronca com a via que atravessava o Tâmega na ponte romana de Canaveses.

Na necrópole, foram escavados 139 enterramentos, sendo os mais antigos incinerações, pouco numerosas, cujo espólio ainda não foi sistematicamente estudado. Em síntese, a autora aponta para uma primeira fase do século II ou III d.C. Porém, a enorme maioria dos demais enterramentos é constituída por inumações de final do século III e do IV d.C. (PINTO 1996 e 1998), fora da cronologia que nos interessa, mas significativa para a proposta de classificação do sítio como aldeia/lugar. A par destas, poderíamos referir várias outras necrópoles aparentemente comparáveis, quiçá de variadas dimensões, no espaço do atual município de Penafiel (SOEIRO 1984 e 2015) tendo sido a de Duas Igrejas, possivelmente também de uma aldeia/lugar, objecto da mais recente intervenção (SOUSA, SOEIRO 2020).

Imediatamente a norte de Bustelo, no atual município de Lousada, a freguesia de Meinedo tem, além de um castro (258 m) de que pouco se sabe por falta de trabalhos de escavação e intensa destruição (NUNES, SOUSA, GONÇALVES 2008: p. 139), o mais importante conjunto arqueológico romano deste espaço (dista, em linha recta, 2,5 km do Mosteiro de Bustelo), com particular dimensão na época baixo-imperial e Antiguidade Tardia. Foi designado, na carta arqueológica, como *núcleo de povoamento romano e medieval*, e estende-se pelos lugares de Casais, Padrões, Cales e Igreja, por onde provavelmente passaria uma via romana oriunda de *Bracara*, que seguia por Sande (S. Martinho), onde há um miliário, Caldas das Taipas e Caldas de Vizela. Jorge de Alarcão propõe que, a partir de Meinedo, se pudesse bifurcar, seguindo um ramal para SE, cruzando a ponte romana de Canaveses, e outro sensivelmente para sul, por terras de Bustelo para se dirigir ao tramo final do Tâmega, cruzá-lo e depois passar o Douro em Várzea (ALARCÃO 1988: p. 91). O povoado romano de Meinedo, um *vicus*, está implantado numa plataforma sobranceira ao rio Sousa, em média a 210 m de altitude, onde os achados, de que diversos autores foram dando notícia (NUNES, SOUSA, GONÇALVES 2008: pp. 140-141), ocorreram com frequência ao longo do século XX, sendo as intervenções arqueológicas relativamente recentes e ainda demasiado limitadas para fundamentarem uma cabal proposta de interpretação deste complexo sítio. Carlos Alberto Ferreira de Almeida, que muito prezava o potencial de Meinedo para o conhecimento da transição para a Antiguidade Tardia, manteve-se atento às obras realizadas nesta área sensível, por demasiado tempo sem supervisão de arqueólogo, e foi deixando notas esparsas (ALMEIDA 1972: p. 117; 1979: p. 310; e 1989: p. 30), para propor que aqui, 40 km a sul de Braga, haveria «outro importante *vicus*, que, em 572, era sede de bispado e foi certamente *mansio* ou *mutatio*. Este vico de Meinedo parece ter evoluído a partir de vila romana» (ALMEIDA 1992: p. 193).

Entre a Quinta de Padrões, epicentro dos achados, e o campo de futebol, a escavação de 2001 revelou também existirem estruturas e contextos do século I d.C. (MENDES-PINTO 2008: pp. 57-60). Tendo em conta todas as ocorrências, a área com vestígios será já superior a 21 hectares, compatível com um *vicus*, que teria partido ou confinava/incluía uma bem mais problemática *villa* (ALMEIDA, ALMEIDA 2007: pp. 91-92). Da sua necrópole proviria o bloco trapezoidal com o epitáfio de *Quintius* e *Arruntia*, datável entre o final do século I e o início do II d.C. (REDENTOR, SOUSA 2018-2019: pp. 87-91). Em redor da igreja, a intervenção de 2006 mostrou escassos contextos de avançado século IV d.C. e, sobretudo, vestígios medievos (ALMEIDA, ALMEIDA 2007). Já os trabalhos de 1991-1993, no interior e junto do templo e sacristia, revelaram os alicerces do edifício pré-românico, possivelmente dos séculos VI-VII (RODRIGUES 2006), que remete para a diocese de *Magneto*, temática recentemente revisitada (RENZI, MARIANI 2020). Escasseia, assim, a informação arqueológica sobre contextos de ocupação compatíveis com a cronologia atribuída ao altar em estudo.

Pouco distante do centro de Meinedo e cerca de 3 km para NE do Mosteiro de Bustelo, foi reconhecido, na Quinta de S. Mamede, fruto de achados resultantes da mobilização do terreno para fins agrícolas, um outro sítio arqueológico, também sobranceiro ao vale do rio Sousa. Configura-se como casal romano (ou quinta?) de época tardia, que perduraria na Alta Idade Média (NUNES, SOUSA, GONÇALVES 2008: p. 142). Destacamos a presença de uma ara romana dedicada ao *Lar Talebrigo* (?), datável a partir de meados do século II d.C. (REDENTOR, SOUSA 2018-2019: pp. 91-93).

Outros locais habitados em época romana existiriam certamente nestas úberes terras baixas da bacia do médio Sousa, acessíveis e fartas em água, de solos leves e com boa aptidão para a exploração agropecuária, desde que muito trabalhados. Mesmo contando apenas com sítios confirmados, a malha adensou-se até aos séculos IV-V d.C. e aparenta uma tipologia diversificada, assim como a que se presume para toda a região (LÓPEZ QUIROGA 2004: pp. 181 e ss., 258 e ss.). Esta disseminação, nos últimos séculos do império paralela ao ressurgimento de castros, reformulação de centros urbanos, etc., constata-se também em tempos posteriores e teria facilitado aos presores a fundação de *villae* e igrejas particulares com que se estruturou o território nos séculos X- XI, bem como a rede paroquial e a inserção das casas religiosas, como o Mosteiro de Bustelo (SANTOS 2005). Multissecular, o percurso desta instituição na sua interação com o meio e adaptação do esforço investido às condições edafoclimáticas, em cada conjuntura, pode, se atentos à estratigrafia da paisagem (p.e. para a época moderna, ver MAIA 1991) e acautelando os riscos de anacronismo, dar-nos pistas sobre as possibilidades e opções com que se defrontaram os homens que em época romana aqui viveram.

5. NOTA CONCLUSIVA

A trajetória do altar identificado em Bustelo, desde a sua função original num contexto funerário romano até à sua reutilização, é ignota, tal como a identificação desse enquadramento primitivo, pois a esfera institucional monástica em que foi identificado não garante que essa integração inicial corresponda à localização mais próxima dentro da cartografia de necrópoles reconhecidas e com utilização paralelizável à da cronologia da epígrafe.

A marcas da reutilização são evidentes e garantem que o processo passou por duas fases sucessivas. As razões eventuais da reutilização inicial num contexto sagrado são elencadas, mas as certezas que podemos assumir não ultrapassam a factualidade inerente ao texto epigráfico e ao seu suporte, de evidente cronologia alto-imperial.

Este achado alarga o não muito extenso dossiê epigráfico associado ao atual território municipal penafidense, precisamente em categoria pouco representada, como é a funerária.

Também o enquadramento social dos indivíduos nomeados, o defunto e a sua mãe, é por ora difícil de concretizar, apesar das hipóteses que as nomenclaturas de cada um e a antroponímia podem

conciar. Úlpio Heracliano e Hiéroclia, dois nomes, uma família cuja memória é perpetuada pelo texto que se resgatou da pedra e apresentou nestas páginas.

Sabemos que as inscrições não espelharam a totalidade das populações antigas, por razões diversas, sejam de índole cultural, social ou meramente económica. Mas o processo de conhecimento cumulativo proporcionado pelos novos achados permite ir alargando em grandes linhas os nossos esboços sobre o passado. A rede de povoamento romano regional que hodiernamente se conhece, bem como as suas características, tal como as das inscrições documentadas, permitem supor que o hábito epigráfico esteve bastante mais enraizado do que, à primeira vista, o lote de monumentos que se conhecem permite estimar, pelo que resta esperar que progressivamente o seu número se amplie, com todas as vantagens que possa trazer a um bosquejo mais fino das comunidades e indivíduos que em época romana moldaram a paisagem deste recanto conventual bracaraugustano, extremidade de uma província extensa, a *citerior* da Hispânia.

ABREVIATURAS

CECBpo = REDENTOR, 2017.

CIL = *Corpus Inscriptionum Latinarum*, Berlin.

EpOst = CALDELLI, 2018.

ICUR = *Inscriptiones christianae urbis Romae septimo saeculo antiquiores*, Nova series, Roma, 1922-

NBAC = *Nuovo Bollettino di Archeologia Cristiana*, Roma, 1895-1922

OPEL III = LÖRINCZ, 2000.

BIBLIOGRAFIA

ABASCAL PALAZÓN, Juan Manuel (1994), *Los nombres personales en las inscripciones latinas de Hispania*, Murcia, Universidad, Secretariado de Publicaciones; [Madrid], Universidad Complutense (Anejos de Antigüedad y Cristianismo; 2).

ALARCÃO, Jorge de (1998a), A paisagem rural romana e alto-medieval em Portugal, *Conimbriga*, Coimbra, 37, pp. 89-119.

ALARCÃO, Jorge de (1998b), Três níveis de aglomerados populacionais romanos, *O Arqueólogo Português*, Lisboa, série 4, 16, pp. 175-186.

ALMEIDA, Carlos A. Brochado de; ALMEIDA, Pedro Brochado de (2007), Sinais de romanização junto da igreja românica de Meinedo, *Oppidum*, Lousada, 2, pp. 75-94.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1972), Notas sobre a Alta Idade Média no Noroeste de Portugal, *Revista da Faculdade de Letras: série de História*, Porto, 3, pp. 113-136.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1977), *Escavações no Monte Mozinho, II: 1975-1976*, Penafiel, Centro Cultural Penafidelis.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1979), A proposito da «Galicia sueva» de Casimiro Torres. *Gallaecia*, Santiago de Compostela, 5, pp. 305-316.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1986), *História da Arte em Portugal, vol. 2 Arte da Alta Idade Média*, Lisboa, Publicações Alfa.

ALMEIDA, C. A. Ferreira de (1993), Arqueoloxía tardorromana e germánica no NW peninsular, In *Galicia: da romanidade á xermanización: Problemas históricos e culturais*, Santiago de Compostela, Museo do Pobo Galego, pp. 191-200.

BERNARDES, João Pedro (2007), *A ocupação romana na região de Leiria*, Faro, Universidade do Algarve.

- CABALLERO ZOREDA, L.; SHÁNCHEZ SANTOS, J. C. (1990) - Reutilizaciones de material romano en edificios de culto cristiano. In GONZÁLEZ BLANCO, Antonino; BLÁSQUEZ MARTÍNEZ, José M^a, *Cristianismo y aculturación en tiempos del imperio romano*. Murcia, pp. 431-485 (Antigüedad y Cristianismo, 7).
- CALDELLI, Maria Letizia (2018), *Epigrafia ostiense dopo il CIL. 2000 iscrizioni funerarie*, Venezia, Edizioni Ca'Foscari (Antichistica; 15. Storia ed epigrafia; 5).
- CARNEIRO, André (2011), *Povoamento rural no Alto Alentejo em época romana: lugares, tempos e pessoas: vectores estruturantes durante o Império e a Antiguidade Tardia*, Évora: Universidade de Évora (tese de doutoramento).
- Carta Geológica de Portugal: Folha 9-D – PENAFIEL (1981)*, Lisboa, IGC.
- CARVALHO, Pedro C. (2004), Sobre o processo de identificação e classificação de sítios rurais no Portugal romano, In LOPES, Maria Conceição; VILAÇA, Raquel, *O passado em cena: narrativas e fragmentos*, Coimbra/Porto, Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto; Fundação para a Ciência e a Tecnologia; Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pp. 121-140.
- CARVALHO, Pedro C. (2007), Cova da Beira: ocupação e exploração do território na época romana, Fundão/Coimbra, Câmara Municipal do Fundão/Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- DIAS, Geraldo Coelho (2004), O Mosteiro de S. Miguel de Bustelo e a sua paróquia, *Igreja Portucalense, Boletim da Diocese do Porto*, Porto, 2(6), Porto, pp. 91-108.
- DIAS, Geraldo J. A. Coelho (2007), «Memórias de Bustelo» de Fr. António da Assunção Meireles e síntese histórica do Mosteiro de Bustelo, In MEIRELES, Fr. António d'Assunção (2007), *Memórias do Mosteiro de S. Miguel de Bustelo*, Penafiel, Museu Municipal, pp. 7-31.
- FREIRE, Braamcamp (1905), Povoação de Entre Doiro e Minho no XVI. seculo, *Archivo Historico Portuguez*, Lisboa, 3, pp. 241-273.
- FREITAS, Eugénio Andreia da Cunha e (1954), Um episódio da Guerra Civil (1832), *O Tripeiro*, Porto, série 5, 10, pp. 212-213.
- GAMER, Gustav (1989), *Formen römischer Altäre auf der Hispanischen Halbinsel*, Mainz am Rhein, Verlag Philipp von Zabern (Madrider Beiträge; 12).
- GUTIÉRREZ ALONSO, Aroa; REDENTOR, Armando; FARJAS ABADÍA, Mercedes; GONZÁLEZ HERRERO, Marta; ENCARNACÃO, José d' (2021), Ingeniería y epigrafía caminan de la mano: aplicaciones de análisis digital en epígrafes latinos de difícil lectura (*FE 510, IRCP 339 y CPILC 221*)", In ENNARTZ, Klaus (ed.), *Engaños e invenciones: contribuciones multidisciplinares sobre pseudoepígrafos literarios y documentales (De falsa et vera historia 4)*, Madrid, Ediciones Clásicas, pp. 107–122.
- LÓPEZ DE AYALA Y GENOVÉS, María José (1991), Pervivencia del grafema *k* en la onomástica latina epigráfica, *Emerita*, Madrid, 59:1, pp. 53-62.
- LÓPEZ DE AYALA Y GENOVÉS, María José (1991-1992), El grafema *K* em los glosarios latinos: persistencias e efectos, *Faventia*, Barcelona, 12-13:1-2, pp. 213-228.
- LÓPEZ QUIROGA, Jorge (2004), *El final de la antigüedad en la Gallaecia. La transformación de las estructuras de poblamiento entre Miño y Duero (siglos V al X)*, A Coruña, Fundación Pedro Barrié de la Maza.
- LÖRINCZ, Barnabás (2000), *Onomasticon Prouinciarum Europae Latinarum. 3: Labareus – Pythea*, Wien, Forschungsgesellschaft Wiener Stadtarchäologie.
- MAIA, Fernanda Paula Sousa (1985-1986), O Mosteiro de S. Miguel de Bustelo à luz dos «Estados» de Tibães, *Penafiel: Boletim Municipal de Cultura*, Penafiel, 3.^a série 2, pp 61-96.
- MAIA, Fernanda Paula Sousa (1993), À mesa com os monges de Bustelo: algumas regras de conduta *Humanística e Teología*, Porto, 14, pp. 355-370.

- MAIA, Fernanda Paula Sousa (1991), *O Mosteiro de S. Miguel de Bustelo: propriedade e produção agrícola no Antigo Regime (1638-1670 e 1710-1821)*, Porto, Universidade Portucalense.
- MANGAS MANJARRÉS, Julio (1971), *Esclavos y libertos en la España romana*, Salamanca, Universidad (Acta salmanticensia. Filosofía y Letras; 62).
- MARQUES, André Evangelista (2008), *O casal: Uma unidade de organização social do espaço no Entre-Douro-e-Lima (906-1200)*, Noia, Toxosoutos, S. L.
- MATTOSO, José (1968), *Le monachisme ibérique et Cluny. Les monastères du diocèse de Porto de l'an mille à 1200*, Louvain, Publications Universitaires de Louvain.
- MATTOSO, José (1982), *Religião e cultura na Idade Média portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- MEDEIROS, A. Cândido de; PEREIRA, Eurico; MOREIRA, Armando (1980), *Carta Geológica de Portugal na escala de 1/50 000. Notícia explicativa da Folha 9-D – PENAFIEL*, Lisboa, Serviços Geológicos de Portugal.
- MEIRELES, Fr. António d'Assunção (2007), *Memórias do Mosteiro de S. Miguel de Bustelo*, Penafiel, Museu Municipal (Introdução, fixação do texto e índice por Fr Geraldo J. A. Coelho Dias).
- MENDES-PINTO, José Marcelo (2008), Do castro de S. Domingos a Meinedo: Proto-História e Romanização na bacia superior do rio Sousa, *Oppidum*, Lousada, número especial - Actas do I Encontro de Arqueologia das Terras de Sousa, pp. 45-63.
- NUNES, Manuel A. Mota; SOUSA, Luís Jorge Cardoso; GONÇALVES, Carlos Jorge (2008), Carta arqueológica do concelho de Lousada, Lousada, Gabinete de Arqueologia/Câmara Municipal de Lousada.
- PÉREZ LOSADA, Fermín (1998), Cidades e aldeias na Galiza romana: uma proposta de classificação hierárquica do habitat galego, *O Arqueólogo Português*, Lisboa, série 4, 16, pp. 157-174.
- PÉREZ LOSADA, Fermín (2002), Entre a cidade e a aldeia, Estudio arqueológico dos “aglomerados secundarios” romanos en Galicia, *Brigantium*, A Coruña, 13.
- PINTO, Gilda Correia (1996), *A necrópole de Montes Novos - Croca. Um cemitério da Gallaecia tardorromana*, Porto, FLUP (dissertação de mestrado).
- PINTO, Gilda Correia (1998), A necrópole romana de Montes Novos/Croca, *Cadernos do Museu*, Penafiel, 2, p p. 187-240.
- PINTO, José Marcelo Sanches Mendes (2005-2007), Tesouros monetários Baixo-Imperiais entre Douro, Ave e Tâmega, *Nvmmvs*, Porto, 2ª série, 28-30, pp. 7-299.
- REDENTOR, Armando (2017), *A cultura epigráfica no conuentus Bracaraugustanus (pars occidentalis): percursos pela sociedade brácara da época romana*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2 vols (Investigação).
- REDENTOR, Armando; SOUSA, Luís (2018-2019), Contributo para o estudo da ocupação romana no concelho de Lousada: achados epigráficos e povoamento, *Oppidum*, Lousada, 11, pp. 77-100.
- RENZI, Francesco; MARIANI, Andrea (2020), Sobre as origens da diocese do Porto na Alta Idade Média. Uma reflexão sobre o *Parochiale suevorum* e a diocese de *Magneto/Meinedo* (sécs. VI-VII), *Portugalia*, Porto, 41, pp. 91-121.
- RIBEIRO, Orlando (1991), Aglomeração e dispersão do povoamento rural, In *Opúsculos geográficos*, 4, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 299-316.
- RODRIGUES, Miguel Areosa (2013), Igreja de Santa Maria de Meinedo, *Oppidum*, Lousada, 6, pp. 89-104.
- SANTOS, Luciano dos; LE ROUX, Patrick; TRANOY, Alain (1983), Inscrições romanas do Museu Pio XII em Braga, *Bracara Augusta*, 37 (83/84), Braga, pp. 183-205.

- SANTOS, Maria João; PIRES, Hugo Armando Miranda (2013), Estela funerária de Capela, Penafiel (*Conventus Bracaraugustanus*), *Ficheiro Epigráfico*, Coimbra, 119, nº 510.
- SANTOS, Maria José Ferreira dos (2005), A Terra de Penafiel na Idade Média: estratégias de ocupação do território (875-1308), *Cadernos do Museu*, Penafiel, 10, pp. 5-100.
- SOEIRO, Teresa (1984), Monte Mozinho. Apontamentos sobre a ocupação entre Sousa e Tâmega em época romana, *Penafiel: Boletim Municipal de Cultura*, Penafiel, 3.^a série 1.
- SOEIRO, Teresa (1998), O sítio romano da Bouça do Ouro, Boelhe, *Cadernos do Museu*, Penafiel, 4, pp. 5-62.
- SOEIRO, Teresa (2013), Notícia sobre uma nova estela romana figurada de Capela, Penafiel (Portugal), In ACUÑA CASTROVIEJO, Fernando, CASAL GARCÍA, Raquel, GONZÁLEZ SOUTELO, Silvia, *Actas de la VII Reunión de Escultura en Hispania: homenaje al Prof. Dr. Alberto Balil*, Santiago de Compostela, Andavira, pp. 335-348.
- SOEIRO, Teresa (2015), A preferência pela inumação nas necrópoles romanas dos sécs. III - IV d.C. do Município de Penafiel (Norte de Portugal), In *Arqueología de transição: o mundo funerário. Actas do II Congresso Internacional sobre Arqueología de Transição*, Évora, Universidade de Évora/Centro de História de Arte e Investigação Artística, pp. 159-174.
- SOEIRO, Teresa; FERNANDES, Sofia; BERNARDO, Helena (2021), *Penafiel nos combates pela liberdade (1809 - 1834)*, Porto, CITCEM (no prelo).
- SOLIN, Heikki (1996), Names, personal, Roman, In HORNBLLOWER, Simon; SPAWFORTH, Antony; EIDINOW, Esther (Ed.), *The Oxford Classical Dictionary*, Oxford, Oxford University Press, pp. 1024-1026.
- SOLIN, Heikki (2003), *Die griechischen Personennamen in Rom: ein Namenbuch. 2., völlig neu bearbeitete Auflage*, Berlin; New York, De Gruyter, 3 vol. (Corpus Inscriptionum Latinarum. Auctarium, Series Nova; 2).
- SOLIN, Heikki; SALOMIES, Olli (1988), *Repertorium nominum gentilicium et cognominum Latinorum*. Hildesheim [etc.], Olms (Alpha-Omega: Lexika, Indizes, Konkordanzen zur klassischen Philologie, Reihe A; 80).
- SOUSA, Laura; SOEIRO, Teresa (2020), A Necrópole Romana do Eirô, Duas Igrejas (Penafiel): intervenção arqueológica de 2016, In ARNAUD, José Morais; NEVES, César; MARTINS, Andrea (coord.), *Arqueologia em Portugal 2020 - Estado da questão*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses e CITCEM, pp. 1439-1455.
- VAAN, Michiel de (2008), *Etymological Dictionary of Latin and the other Italic Languages*, Leiden; Boston, Brill (Leiden Indo-European Etymological Dictionary Series; 7)



Fig 1.1: Localização de Bustelo na *Carta Administrativa* (MMPNF, H. Bernardo); **1.2:** Antigo mosteiro beneditino de S. Miguel de Bustelo (MMPNF, Fot. Casa Alvão).



Fig 2.1: Retirada dos blocos trabalhados da cozinha setecentista (Fabrica da Igreja, Fot. Miguel Santos); **2.2:** Identificação como altar romano (MMPNF, Fot. M. Ribeiro); **2.3:** Primeiros trabalhos de limpeza sumária e recolha de imagem, no local (MMPNF, Fot. M. Ribeiro).

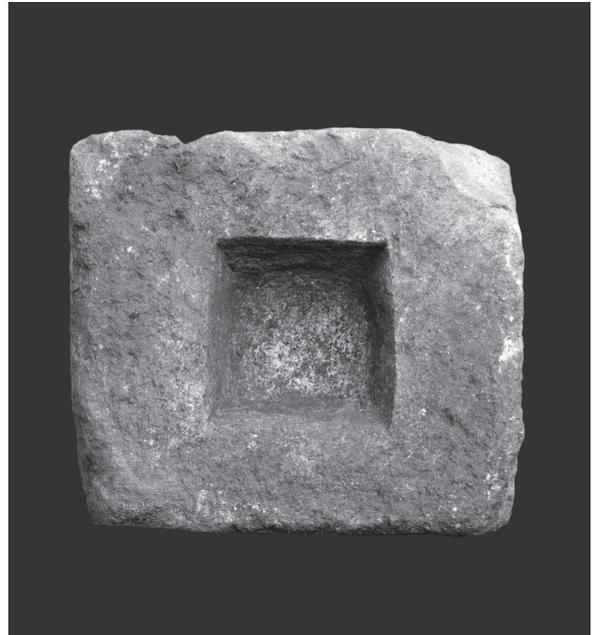


Fig 3.1: Colocação actual do altar, à margem do claustro, junto da escadaria que conduz ao museu de sítio. (Fot. T. Soeiro); **3.2:** Base do altar, com possível *loculus*. (MMPNF, Fot. M Ribeiro); **3.3:** Elementos decorados da antiga igreja românica, no museu de sítio. (Fot. T. Soeiro).

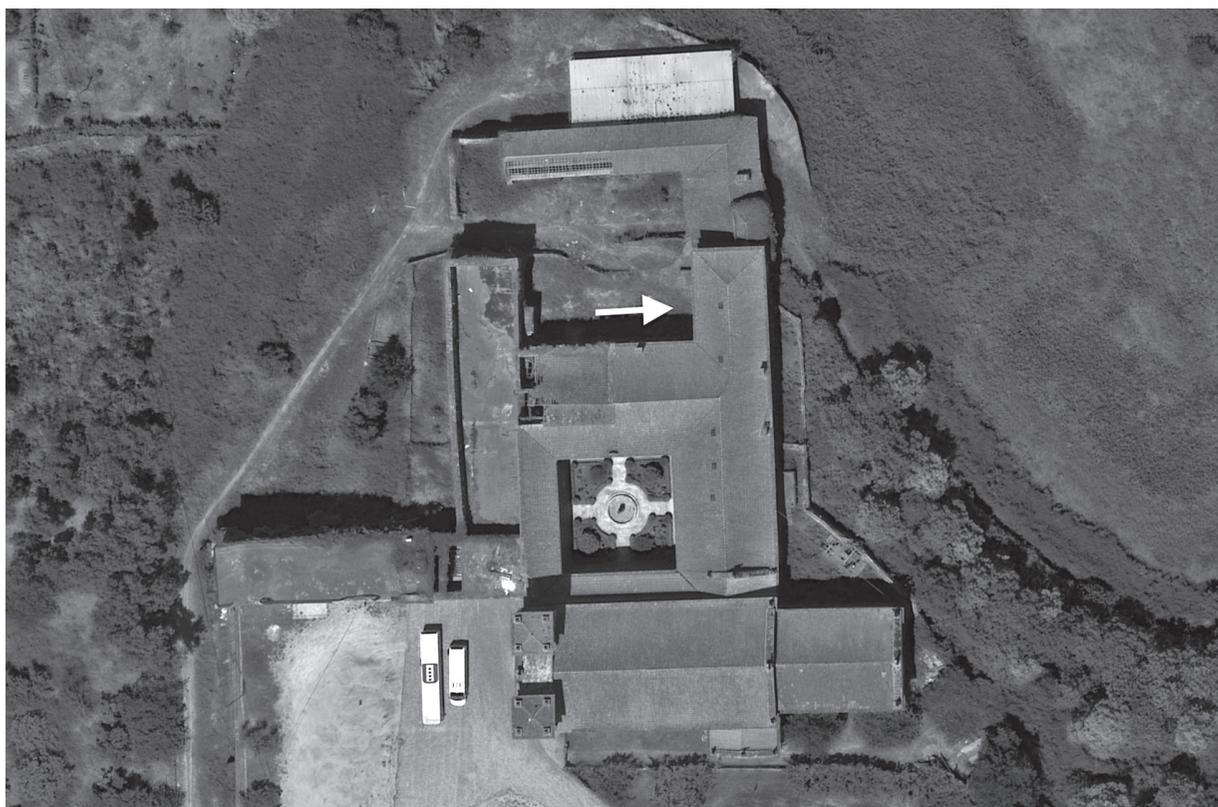


Fig 4.1: Edifício do mosteiro; a seta indica o local do achamento. (CMPNF, 2003); **4.2:** Cozinha setecentista, no prolongamento da ala nascente, para lá dos dormitórios (Fot. T. Soeiro); **4.3:** Interior da cozinha, de onde foram retirados os blocos que constituem o altar romano. (Fot. T. Soeiro).

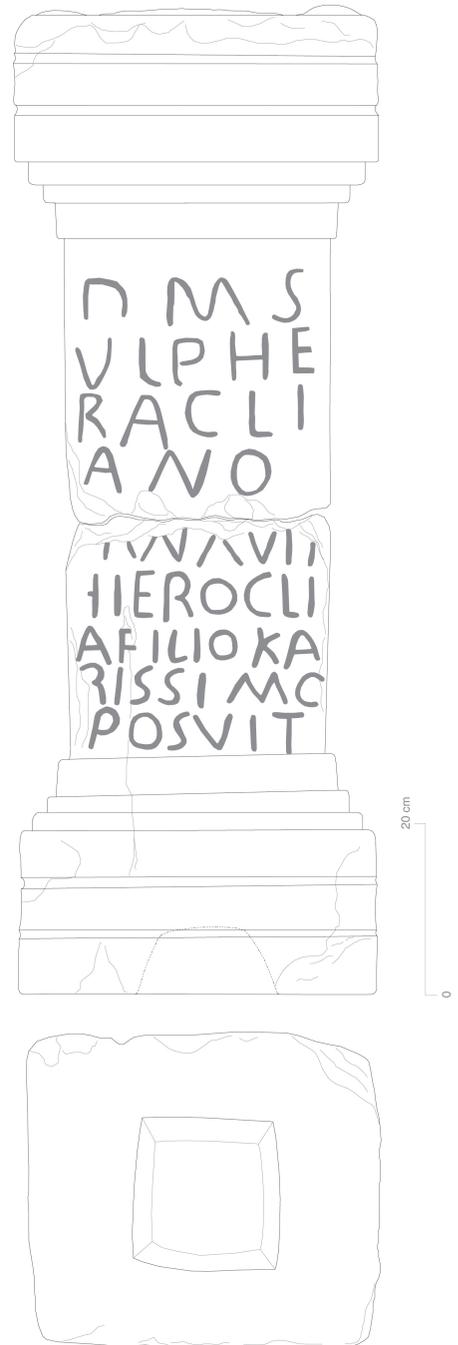


Fig. 5.1: Altar funerário romano de Bustelo: face anterior epigrafada (Fot. A. Redentor); **5.2:** Registo gráfico do altar funerário romano de Bustelo. (MMPNF, H. Benardo).



Fig. 6.1; 6.2: Duas perspectivas do bloco superior do altar, mostrando a molduragem do capitel e o que resta dos *pulvini*: as arestas inferiores denunciam a quebra do fuste com recurso a guilhos. (MMPNF, Fot. M Ribeiro e T. Soeiro); **6.3:** Cimácio picado para melhor assentamento quando da reutilização como pé de altar. (Fot. A. Redentor).

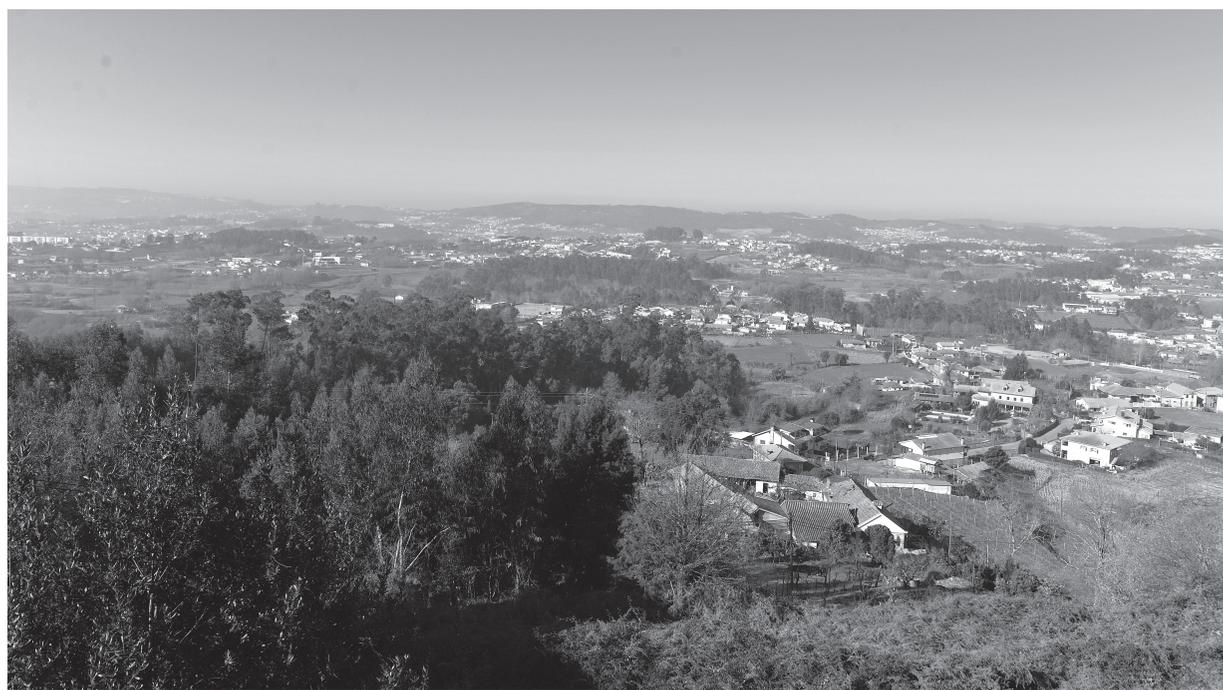


Fig. 7.1: Proeminência do sítio do Mosteiro, visto de poente. (MMPNF, Fot. J. Sampaio); **7.2:** Posição dominante do Mosteiro sobre as terras do vale do Sousa. (Fot. T. Soeiro).

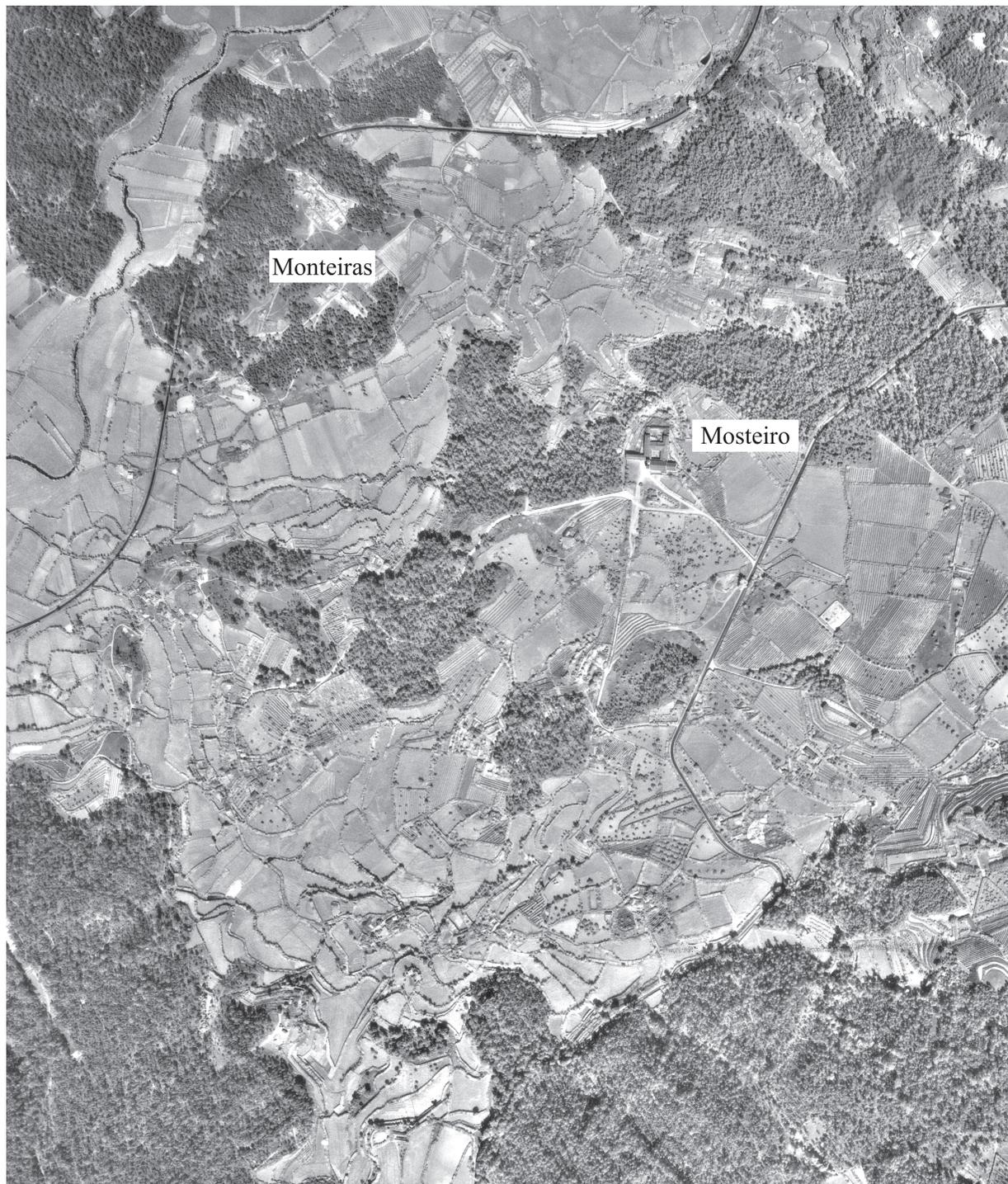


Fig. 8: Paisagem envolvente do Mosteiro de Bustelo, até ao rio Sousa, em 1965 (IGC, 1965 42/71121).



Fig. 9.1: Sítios arqueológicos de época romana: 1. Aldeia/lugar e necrópole de Monteiras (Bustelo, Penafiel); 2. Aldeia/lugar e necrópole de Montes Novos (Croca, Penafiel); 3. Castro de Meinedo (Meinedo, Lousada); 4. Vicus de Meinedo (Meinedo, Lousada); 5. Povoado da Quinta de S. Mamede (Meinedo, Lousada). (IGE, Carta Militar de Portugal, Folha 112 Penafiel); **9.2:** Perfil do terreno entre o curso do rio Sousa, a aldeia/lugar e necrópole de Monteiras e o Mosteiro de Bustelo. (IGE, Carta Militar de Portugal, Folha 112 Penafiel. Des. H. Bernardo).